

---

## LUGARES DE (IN)VISIBILIDADE DOS HOMENS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UMA BREVE DISCUSSÃO

PLACES OF (IN)VISIBILITY OF BLACK MEN IN HISTORY  
TEXTBOOKS: A BRIEF DISCUSSION

---

Paulo Souto Maior<sup>1</sup>

Paulo Dourian Pereira de Carvalho<sup>2</sup>

---

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar os lugares de (in)visibilidade de homens negros no livro didático de História do ensino médio *História, Sociedade e Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior (2013). Por intermédio de uma abordagem focada em interpretar o conteúdo das narrativas presentes na obra, problematizamos as masculinidades com o esforço de cruzá-las com as impressões preliminares que tivemos durante o estudo do material. Inferimos que, na fonte estudada, existem ausências e silenciamentos acerca não somente das masculinidades negras, mas também de temas importantes que as atravessam, como questões ligadas a raça e gênero.

**Palavras-chave:** Livro Didático de História; Masculinidades Negras; Racismo.

**Abstract:** This article aims to analyze the places of (in)visibility of black men in the high school History textbook *História, Sociedade e Cidadania*, by Alfredo Boulos Júnior (2013). Through an approach focused on interpreting the content of the narratives present in the work, we problematize masculinities with the effort of crossing them with the preliminary impressions that we had during the study of the material. We infer that, in the studied source, there are absences and silencing about not only black masculinities, but also important themes that cross them, such as issues related to race and gender.

**Keywords:** History Textbook; Black Masculinities; Racism.

---

<sup>1</sup> Professor adjunto da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em História pela UFSC. Professor colaborador do PPGH-UFPB e do Mestrado Profissional em Ensino de História da UFPB. E-mail: paulosoutom@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela UNIVASF, mestre em Antropologia Social pela UFRN e doutorando em Ciências Sociais pela UFRN. E-mail: paulo.dourian@hotmail.com

## Introdução

Neste artigo, temos como objetivo analisar os lugares de (in)visibilidade atribuídos aos homens negros na primeira metade do século XX, recorrendo às narrativas da coleção de livro didático “História, Sociedade e Cidadania”, de Alfredo Boulos Júnior (2013), voltada para o Ensino Médio. Esta investigação parte dos resultados preliminares de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada entre 2021 e 2022, na qual buscamos caracterizar como estão sendo representadas as masculinidades negras nos livros didáticos de história. Apesar de a empreitada estar em andamento, já trazemos aqui alguns apontamentos colhidos ao longo dos estudos que, esperamos, possam ajudar na construção de um olhar crítico para os conteúdos apresentados por esses materiais na educação básica.

Sabemos que o livro didático trabalhado em sala de aula é de suma importância para a formação dos estudantes. Circe Bittencourt (2008, p. 296) diz que o livro didático é um “mediador do conhecimento”. É dele que depende, em grande medida, a formação dos estudantes. Entretanto, sabemos que muitos dos livros que circulam nas escolas apresentam lacunas, pois nenhuma obra é capaz de “dar conta de tudo”. Nesse sentido, chamam atenção os silêncios a temas específicos como, por exemplo, questões de gênero e raça. Para além das ausências, é importante observarmos também o que está sendo dito, o modo como a História tem sido apresentada no âmbito da vida escolar.

Bittencourt (2008, p. 299-300) aponta que o livro didático é um objeto cultural complexo, podendo inclusive funcionar como instrumento de controle do que conhecemos e de como temos acesso a recortes do passado. O que temos nas narrativas didáticas é uma seleção, um enquadramento do passado que procura seguir diretrizes e orientações curriculares, as prescrições do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e, muitas vezes, o próprio currículo avaliado<sup>3</sup>. Nesse sentido, um conjunto de atores sociais, dentre eles o Estado, acaba interferindo nos discursos sobre o passado veiculados por esses materiais, não sem disputas e negociações (Munakata, 1998).

Por vezes, as narrativas didáticas trouxeram imagens distorcidas de diversos povos, a exemplo de grupos étnicos, como acontece nas descrições das populações indígenas que, em vez de explicarem, analisarem e questionarem, reforçam preconceitos e estereótipos (BITTENCOURT, 2008, p. 305). Algo semelhante acontece no que se refere a padrões ideais de gênero, em que se percebe a sustentação de comportamentos tidos como normais e desejáveis para mulheres e homens.

<sup>3</sup> O currículo avaliado está relacionado com as formas de avaliação que possibilitem quantificar o aprendizado das/os estudantes e se delimita lançando mão também de habilidades técnicas (BITTENCOURT, 2019).

Estudos têm sido escritos focando as relações de gênero nos livros didáticos de História, chamando atenção para o caráter sexista, androcêntrico e pouco diverso quando se escreve sobre as mulheres na história da humanidade (SILVA, 2007; MENDEZ, 2017). Apesar desses avanços, percebemos que as masculinidades nos livros didáticos de História (LDH) ainda constituem um problema que, inclusive, não pode ser ignorado. É sobre o modo como os homens, precisamente os homens negros, são apresentados e descritos nos LDH que nos ocuparemos neste texto.

Em um país que carrega as memórias da escravidão e que ainda reproduz diversas violências contra a população negra<sup>4</sup>, é cada vez mais urgente debatermos assuntos envolvendo questões raciais. Afinal, não superamos o racismo. O cotidiano atesta isso pelos indicadores que expressam os números da brutalidade que não cessa. De acordo com o site Carta Capital, o Atlas da Violência de 2017 demonstra que a população negra corresponde à maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com maiores chances de serem vítimas de homicídios no Brasil. Ainda de acordo com o site, segundo estimativas feitas com base em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que consideram rendimentos como salários, benefícios sociais, aposentadoria, entre outros, somente em 2089, brancos e negros terão uma renda equivalente no país. Essa projeção é da pesquisa “A distância que nos une – Um retrato das Desigualdades Brasileiras”, da ONG britânica Oxfam, dedicada a combater a pobreza e promover a justiça social (CARTA CAPITAL, 2017).

A Carta Capital também aponta que o feminicídio, ou seja, o assassinato de mulheres por sua condição de gênero, também é marcado por cor no Brasil: atinge sobretudo as mulheres negras. O site aponta que, entre 2003 e 2013, o número de mulheres negras mortas cresceu 54%, em comparação ao feminicídio de mulheres brancas, que caiu 10% no mesmo período de tempo. Esses dados são do Mapa da Violência 2015, feitos pela Faculdade Latino-Americana de Estudos Sociais (CARTA CAPITAL, 2017).

O números demonstram a perpetuação das marcas deixadas por desigualdades históricas e a História, bem como, as diversas áreas de conhecimento das humanidades, tem também o importante compromisso social de oferecer explicações por trás dos números que demonstram a barbárie em nosso país com relação a desigualdades entre homens brancos e negros. De acordo com Irene Gomes e Mônica Marli,

<sup>4</sup> De acordo com Acayaba e Arcoverde (2021), em reportagem no G1, pessoas negras têm mais do que o dobro de chance de serem assassinadas no Brasil. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes negros em 2019 foi de 29,2, ao passo que a da soma dos amarelos, brancos e indígenas foi de 11,2. Esses dados fazem parte do Atlas da Violência 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/31/negros-tem-mais-do-que-o-dobro-de-chance-de-serem-assassinados-no-brasil-diz-atlas-grupo-representa-77percent-das-vitimas-de-homicidio.ghtml>.

as estatísticas de cor ou raça apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o Brasil está bem distante de se tornar um lugar racialmente democrático. Um exemplo que atesta as disparidades é o fato de que, em média, brancos têm salários maiores, além de sofrerem menos com o desemprego. Também são os brancos que, em sua maioria, frequentam o ensino superior (GOMES; MARLI, 2018).

Vale destacar a dificuldade sentida em definir o filtro temático da pesquisa. Uma vez que os personagens dos livros são predominantemente masculinos, precisávamos decidir quais masculinidades estudar. Na primeira leitura da coleção, ficou evidente que as masculinidades negras e indígenas não gozavam do mesmo espaço discursivo das masculinidades brancas. Preocupados com um ensino de História que seja antirracista, optamos por analisar, no volume voltado para o 3º do Ensino Médio, como são construídos os discursos sobre os homens negros.

Para a execução da pesquisa, trabalhamos com a metodologia de análise de conteúdo e uma abordagem qualitativa, na perspectiva de Roque Moraes (1999), Eni de Mesquita Samara e Ismênia S. Silveira T. Tupy (2013), o que nos permitiu uma interpretação mais aberta, necessária diante de temas e objetos que engendram significados múltiplos. O gesto de analisar é também interpretar, demorar-se na leitura<sup>5</sup>. Assim, percebemos, como destacam Samara e Tupy (2013, p. 121), que a linguagem envolve um complexo universo simbólico rico em signos, conteúdos, mensagens e sentidos que precisam ser questionados.

Para compor a discussão, optamos por dividir o texto em uma breve introdução, já apresentada, em um tópico sobre masculinidades porque acreditamos que fundamenta o debate que pretendemos gerar aqui, e em outro que dará conta de apresentar e discutir os dados levantados nas fontes. Por fim, apresentamos as considerações finais e sugerimos questões para pesquisas vindouras.

## **1 Masculinidades, um debate caro à historiografia**

Estudos sobre as masculinidades na historiografia têm mostrado o seu caráter histórico e datado. Isso implica, segundo o historiador Fábio Henrique Lopes (2011), que o “universal masculino” é, na verdade, uma invenção histórica, tendo se configurado como uma prática de poder. Essa argumentação nos leva a refletir sobre

---

<sup>5</sup> De acordo com Moraes (1999, p. 9), “o termo interpretação está mais associado à pesquisa qualitativa, ainda que não ausente na abordagem quantitativa. Liga-se ao movimento de procura de compreensão. Toda leitura de um texto constitui-se numa interpretação. Entretanto, o analista de conteúdo exercita com maior profundidade este esforço de interpretação e o faz não só sobre conteúdos manifestos pelos autores, como também sobre os latentes, sejam eles ocultados consciente ou inconscientemente pelos autores”.

a existência de masculinidades, no plural. Assim, entendemos que existem diversas formas de “ser homem”, que esta é uma experiência cultural, política e vivida de historicidade.

Lentamente, a aura de naturalizações parece ir se dissolvendo graças ao aprofundamento das pesquisas que trazem à baila a artificialidade de certos conceitos, a exemplo de “homem” e “mulher”. Fábio Lopes (2011, p. 7) argumenta que as imagens idealizadas do masculino e do feminino são reiteradas em filmes, novelas, livros, propagandas, discursos políticos, nas relações de trabalho e de amizade, relações afetivas e amorosas etc. Isso equivale a dizer que comportamentos são avaliados como corretos e normais sendo, assim, transformados em modelo e referência para todos/as. Esse quadro reforça uma masculinidade pensada, percebida e vivenciada como um dado, real, concreto, pronto e acabado, como se fosse natural.

De acordo com Michael Kimmel (1998, p. 104), nos Estados Unidos e na Europa Ocidental do século XVIII, emergiu, ou melhor, foi construído um ideal hegemônico de masculinidade que se opõe a outros tipos de masculinidade considerados como inferiores e ilegítimos, caracterizando um acentuado grau de sexismo e homofobia que afetou, e ainda afeta, sobretudo, homens negros, imigrantes, homossexuais, velhos, homens de classe trabalhadora e mulheres.

O autor alerta para a existência de um padrão de masculino essencialmente branco e heterossexual em que, marcadamente, percebemos certa rigidez, solidez e a negação da emoção e sensibilidade, uma vez que estas são consideradas fraquezas que se atrelam ao feminino. Kimmel afirma que, na primeira parte do século XIX, surge uma nova versão de masculinidade, a do *Self-Made Man*. Uma maneira de “ser homem” que precisava ser o tempo inteiro demonstrada e provada no mercado. Além disso, era representada por homens ausentes dos lares, distantes dos filhos, aficionados ao trabalho, ansiosos por bens e sucesso (KIMMEL, 1998, p. 111).

Trata-se de um gênero rígido, próprio ao mercado. Ele é inflexível. Não pode falhar, está impossibilitado de cometer desvios. Ao mesmo tempo, é dotado de privilégios em relação às outras identidades, que passam a ser subalternizadas. Esse tipo rígido de masculinidade foi criado para exercer poder. Quem está na mira dele são os tidos como fracos, inferiores ou, mesmo, degenerados. Importante ressaltar a sujeição que se impõe às masculinidades negras. Uma forma de opressão que se arrasta no tempo e se naturaliza a ponto de aparecer como verdade incontestada. Entretanto, sabemos de sua historicidade, de que foi algo forjado em meio a relações de poder estabelecidas por aqueles que dominavam a produção do conhecimento e o direito de falar<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Sugerimos a leitura do capítulo A Máscara, do livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, de

Nesta pesquisa, fica evidente que, quando falamos de “masculinidades”, não queremos nos referir a um conceito fechado, naturalizado e sem história. Diferentemente disso, enfatizamos o seu caráter de constructo sociocultural, tal como um dispositivo inventado para criar efeitos no mundo social, que, segundo Kimmel (1998, p. 106), varia de cultura a cultura e em diferentes períodos históricos. Não podemos falar de masculinidade como se fosse uma essência, mas, antes, como um conjunto de comportamentos e significados fluidos e em constante alteração.

A lógica de construção das masculinidades hegemônicas, como aponta Kimmel (1998), é responsável por gerar homens insensíveis, que não podem demonstrar as suas emoções, que não podem sentir ou tecer dor<sup>7</sup>. É como se fosse criada uma grade em torno do homem, uma jaula que o impede de expressar as emoções que são inerentes aos seres humanos, mas que passam a ser silenciadas por meio da ação das tecnologias de contenção da sensibilidade. Estudos apontam que esta racionalidade é extremamente adoecedora<sup>8</sup>. Rafael Aragão (2013, p. 356) adverte para a existência de “distanciamento empático da experiência do outro” e, conseqüentemente, o apagamento da experiência emocional de muitos homens.

Para se afirmar, alguns modelos de masculinidades hegemônicas se impõem sobre outras expressões de gênero, criando “outros” desvalorizados, tidos como menores (KIMMEL, 1998, p. 113). Um dos mais afetados nesse processo são os sujeitos que protagonizam essa pesquisa: os homens negros. Estes foram historicamente rechaçados, marcados e inferiorizados por um padrão hegemônico de masculinidade caracterizado pela branquitude, suposta pureza e perfeição. Essa engenharia de corpos e existências funcionou historicamente como uma indústria produtora de eugenia, racismo e opressão. Kimmel (1998, p. 114) argumenta que:

Os escravos negros eram vistos como homens dependentes e indefesos, incapazes de defender as suas próprias mulheres e crianças, incapazes de sustentar uma família e completamente “escravos” de seus próprios desejos carnis e da violência bestial. Os indígenas norte-americanos eram igualmente bobos e ingênuos, as “Crianças Vermelhas” inocentes da nação, e também eram vistos como selvagens sedentos de sangue.

---

Grada Kilomba. O texto fala sobre o violento processo de instauração do silêncio aos negros escravizados durante o período colonial.

<sup>7</sup> Sobre essa impossibilidade de os homens expressarem as suas emoções, recomendamos o importante trabalho da socióloga Berenice Bento (2015), intitulado: *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas*.

<sup>8</sup> Segundo o Boletim Epidemiológico 33, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, intitulado *Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil*, os homens apresentaram um risco 3,8 vezes maior de morte por suicídio em comparação às mulheres. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/edicoes/2021/boletim\\_epidemiologico\\_svs\\_33\\_final.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf).

Percebemos que a construção das masculinidades hegemônicas, brancas e heterossexuais se dá em oposição a outras que irão protagonizar as cenas de opressão, sofrimento e rechaço social, a exemplo das masculinidades negras. Geralmente, o processo de criação desses “outros”, homens negros, mas também, indígenas, orientais, nordestinos, assume um aspecto de naturalização, deixa de ser questionado, tornando-se um dispositivo reprodutor de desigualdades, diferenciações, abjeções e racismos. Uma violência que se manifesta em diversos campos do social, que também é refletida na elaboração dos livros didáticos, produções didáticas e culturais que emergem em um contexto de silenciamentos, preconceitos, estereótipos e reificações em torno das categorias de gênero, sexualidade e raça.

## 2 Apresentação e análise dos dados obtidos na pesquisa

Nesta etapa do artigo, passamos para uma breve análise dos dados colhidos na coleção de ensino médio *História, Sociedade e Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, da Editora FTD. Academicamente, o autor da obra é doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; também é mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo. Como docente, foi professor na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares.

Dada a impossibilidade de darmos conta da análise de toda a coleção no primeiro ano da pesquisa, selecionamos o volume 3, que é composto por quatro unidades. A unidade I é intitulada *Resistência à dominação*, a segunda se chama *Propaganda, política, esporte e cinema*, na terceira unidade, temos *Movimentos sociais: passado e presente*, e, por fim, há a quarta unidade, *Meio Ambiente e Saúde*. Neste artigo, serão analisados os capítulos 3, intitulado *Primeira República: dominação e resistência*, e o capítulo 6, chamado *A Era Vargas*.

No capítulo 3, *Primeira República: dominação e resistência*, presente na Unidade I – Resistência à dominação, que vai da página 50 a 71, com nove tópicos principais, além de textos complementares, mapas, imagens e atividades, percebe-se o enfoque, principalmente, em episódios de conflitos políticos, sem deixar de trazer aspectos culturais e sociais da época, ressaltando alguns dos costumes da sociedade cafeeira. No decorrer do capítulo, deparamo-nos com imagens que apresentam homens brancos geralmente em lugares privilegiados em relação aos negros. Vejamos, como exemplo, a Figura abaixo:

Figura 1 – Reunião da Sociedade dos Homens de Letras no Café Papagaio, no Rio de Janeiro, em 1912.



Fonte: Acervo Iconographia.

Na figura da página 53, vemos a representação da Reunião da Sociedade dos Homens de Letras no Café Papagaio, no Rio de Janeiro, em 1912. Nesse café, à Rua Gonçalves Dias, encontravam-se intelectuais e figuras políticas proeminentes da época. O fato de ela aparecer no livro ilustra a supremacia branca nos espaços de discussão política e intelectual. Era como uma sociedade somente permitida aos brancos ricos, isto é, aos barões do café, banqueiros e empresários que formavam o que ficou conhecido como *Política do Café com Leite*, termo que dá vida à aliança entre cafeicultores e grandes agricultores, de São Paulo e Minas Gerais, estados, na época, responsáveis por dominar as diretrizes da política nacional (BOULOS JÚNIOR, 2013, p. 53). A problematização sobre os lugares ocupados pelos homens brancos, no entanto, não aparece na narrativa didática.

Aspectos semelhantes podem ser verificados na Figura abaixo:



Figura 2 – Getúlio Vargas anunciando via rádio o início novo regime.



Fonte: Keystone-France / Gamma-Keystone via Getty Images.

No capítulo 6, *A Era Vargas*, presente na Unidade II – Propaganda Política, Esporte e Cinema, que vai da página 113 a 128, com nove tópicos principais, além de textos complementares, charges, mapas, imagens e atividades, vemos uma imagem representativa do período marcado pela política populista do Presidente Vargas. Há um grande enfoque em manifestações culturais, além da descrição da realidade política e social que caracteriza um momento de centralização do poder nas mãos de uma elite branca, mas também demonstra a inexistência de uma representatividade negra, não problematizada no livro.

Na Figura 02, vemos retratado o momento em que Getúlio Vargas anuncia, em cadeia nacional de rádio, o estabelecimento do Estado Novo como o começo de uma nova era para o Brasil. Atentando para a foto, notamos apenas homens brancos reunidos em um ambiente de decisão política, um lugar de poder.

No decorrer dos capítulos analisados, os homens brancos geralmente aparecem em ambientes mais sofisticados, com destaque para eventos políticos. O fato de as imagens citadas aparecerem como ilustrações das cenas, não sendo problematizadas, contribui para o imaginário que tende a naturalizar lugares de poder como sendo exclusivos dos brancos.

Por outro lado, os homens negros tendem a aparecer em imagens coletivas, estando em lugares de trabalho, movimentos políticos por reivindicação ou favelas. É o que observamos na Figura a seguir.

Figura 3 – Café estocado em armazém de Santos, década de 1920.



Fonte: Acervo Iconographia.

A imagem acima integra o Capítulo 3 – *Primeira República: dominação e resistência*. Nela, notamos homens brancos e pretos estocando café em um armazém de Santos, na década de 1920. Na legenda da Figura está escrito: Café estocado em armazém de Santos, década de 1920. Ou seja, não há qualquer menção aos trabalhadores. A imagem não é problematizada, sequer é mencionada no corpo do texto, aparecendo somente como uma ilustração isolada da narrativa principal que trata exclusivamente da situação da cafeicultura brasileira no início do século XX. Boulos Júnior (2013, p. 54) assinala que este foi o período em que se assinou o Convênio de Taubaté, que previa que os governos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro se comprometessem a comprar e armazenar todas as sacas de café que estavam excedendo, para que fossem vendidas quando surgisse uma oportunidade boa para que os cafeicultores conseguissem ter um bom lucro.

Da Figura 3, o que podemos constatar é, mais uma vez, a predominância do trabalho negro e da ocupação negra nos lugares de servidão em detrimento do universo político e de tomada de decisão. A imagem reforça a perpetuação dos negros em um lugar de submissão. Assim, o lugar de obediência dos negros é sempre naturalizado. Aqueles que são invisibilizados, quando aparecem, é na condição de afastado da gerência da vida pública, isto é, de cargos de poder.

A história do Brasil, embora muitas vezes não pareça, é um lugar de muitas resistências dos negros. As populações dos ex-escravizados ocuparam favelas, rebelavam-se contra o jugo dos senhores. Contemplemos a Figura abaixo:

Figura 4 – Favela do Morro do Pinto, no Rio de Janeiro, agosto de 1912.



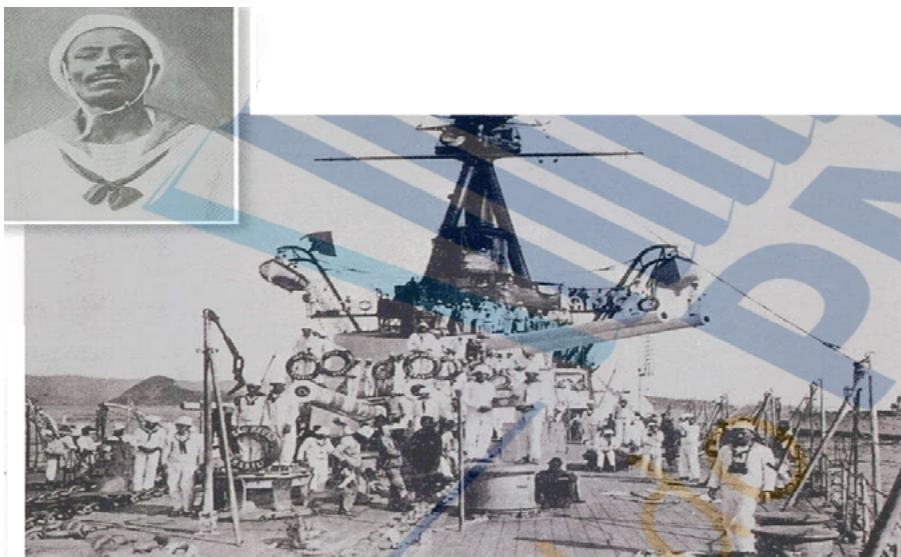
Fonte: Augusto Malta. 1912. Coleção particular.

A Figura 4 também integra o Capítulo 3. Ela aparece em um momento do texto em que é discutido o processo de modernização pelo qual passou o Rio de Janeiro. Neste começo do século XX, nota-se a investida do governo em relação às populações mais pobres. Busca-se higienizar a cidade dos indesejáveis. Entre 1902 e 1906, foi demolido o total de 600 habitações coletivas e 700 casas do centro da cidade, deixando sem teto pelo menos 14 mil pessoas (BOULOS JÚNIOR, 2013, p. 67).

Segundo a legenda da Figura 04, trata-se de uma fotografia da Favela do Morro do Pinto, datada de agosto de 1912. No lugar estavam muitos afrodescendentes. Seus moradores são os “expulsos do centro”, onde construíram os seus barracos com tábuas, em que viviam sem privacidade, conforto ou água corrente, aponta Boulos Júnior (2013, p. 67).

No capítulo 3, vemos a seguinte imagem:

Figura 5 – Marinheiros do encouraçado São Paulo durante a rebelião de 1910.



Fonte: Em *A Ilustração Brasileira*, 01.12.1910. Arquivo do Estado de São Paulo-SP.

A Figura retrata a Revolta da Marinha, uma insurgência de marinheiros de 1910, contra um Código Disciplinar que carregava marcas de escravidão. Para se ter uma ideia, mesmo faltas leves eram punidas com prisão a pão e água e por três dias (BOULOS JÚNIOR, 2013, p. 68). No detalhe da imagem, na parte superior, temos a fotografia de João Cândido, um dos líderes do movimento, que era negro, assim como alguns dos marinheiros que podem ser identificados na imagem. A revolta teve início em 16 de novembro de 2010, logo após o marinheiro chamado Marcelino Rodrigues Menezes, nome presente no livro, sofrer um terrível castigo de receber 250 chibatadas, quando o previsto eram 25, segundo o regulamento.

No dia 26 de novembro daquele ano, a revolta estourou. Os rebelados exigiam o fim dos castigos corporais, o aumento de salários, melhor alimentação, além do perdão aos envolvidos na rebelião. O governo fingiu ceder às exigências, e expulsou e perseguiu os participantes.

No castigo desproporcional do Marinheiro Marcelino, pena que coloca o seu corpo para ser açoitado brutalmente, podemos perceber o lugar ocupado pelos homens negros no período. Não somente um lugar de obediência, mas também, um lugar em que se situa um corpo que pode ser massacrado até a morte. Esse lugar de invisibilidade expressa os processos de desumanização e naturalização da barbárie aos quais os homens negros eram submetidos.

O Almirante Negro, ou João Cândido, líder dos revoltosos, de acordo com Boulos Júnior, foi preso e internado como doente mental no Hospital dos Alienados, sendo expulso da Marinha. O livro informa que ele era ex-presidiário, pobre e negro, que teve grande dificuldade em arranjar emprego. Morreu com 89 anos, como vendedor de peixes na cidade do Rio de Janeiro, sem patente militar e sem se aposentar (BOULOS JÚNIOR, 2013, p. 68). Notamos que o livro não problematiza esses marcadores sociais que caracterizam um homem negro vitimado por uma sociedade que julgava pessoas como inferiores por causa de sua cor de pele.

Trancafiar sujeitos tidos como indesejáveis, como presos políticos, em hospícios, parece ser uma estratégia de limpeza social eficaz para os poderosos. A prisão de pessoas negras em manicômios em épocas em que discriminações, preconceitos e classificações de seres humanos sequer são “estranhadas” – para usar um termo antropológico – pode assumir feições dramáticas, pois, imediatamente, somos compelidos a refletir sobre quem irá reclamar por essas vidas.

Constatamos discrepâncias envolvendo os lugares ocupados pelos negros pobres durante a Primeira República no Brasil. Os marinheiros “afrodescendentes” são os remanescentes de um passado escravista que não integrou as pessoas negras que eram obrigadas aos serviços mais braçais, ao contrário da elite branca que, como vimos, surge em representações que evocam poder. Aos negros cabiam os piores destinos.

Vale, aqui, destacar a importante pesquisa empreendida por Fábio Araújo de Oliveira (2019) sobre masculinidades negras nos livros didáticos de Português, especificamente a coleção Português Linguagens, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, pela editora Atual.

O autor critica representações de masculinidade hegemônica na coleção que, para ele, reforçam a criação de “outros” inferiorizados e indignos de existir. Silva (2015) aponta para processos de “colonização” que a masculinidade hegemônica desencadeia em relação a novas e/ou diferentes formas de masculinidade (SILVA, 2015, p. 81 *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 150). Isso tende a minar a possibilidade de pluralização da vida.

Como estamos vendo nas figuras deste artigo, Oliveira (2019) destaca que, nas suas fontes, é comum encontrar representações de homens negros ou “afrodescendentes” em lugares de submissão, ao passo que os homens brancos aparecem nas posições de mando. Os resultados da sua pesquisa se

aproximam do que conseguimos observar, sobretudo no momentos em que ele destaca que quando as masculinidades negras são representadas nos livros didáticos, geralmente são pertencentes ao universo típico de classe média, o que não é suficiente para representar a realidade do negro no Brasil. (OLIVEIRA, 2019, p. 159).

No capítulo *Primeira República: dominação e resistência*, deparamo-nos com raros personagens negros. Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) aparece e sobre ele é dito:

[...] afrodescendente e de origem pobre, esse escritor carioca produziu uma obra original, que desvela por meio de uma linguagem objetiva e coloquial, os preconceitos e os desmandos vigentes no Rio de Janeiro da Primeira República (BOULOS JÚNIOR, 2013, p. 52).

Observemos, no capítulo 3, a imagem de Lima Barreto:

Figura 6 – Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922).

ploneação dos candidatos e votos. Se o deputado eleito fosse PRT, o primeiro era diplomado, isto é, empolgado, se fosse da oposição, era "delegado", isto é, impedido de tomar posse.

Portanto, as oligarquias mantinham-se no poder por meio de alianças e trocas de favores que ligavam municípios, estados e governo federal.

Observe, ao lado, um esquema que mostra como funcionava o poder das oligarquias.

**GOVERNO DO ESTADO**  
 Poder executivo  
 Poder legislativo  
 Poder judiciário

**CONSTITUIÇÃO**  
 Poder executivo  
 Poder legislativo  
 Poder judiciário

**PARA REFLETIR**

O texto a seguir é de um historiador. Leia-o com atenção.

Desde o Império, as eleições na capital eram marcadas pela presença dos capociras, contratados pelos candidatos para garantir os resultados. A República continuou os capociras, mas o uso de capangas para influenciar o processo eleitoral só cresceu. Fid cronista da cidade, Lima Barreto observa em Os Brumandargos que, às vésperas de eleição, era prática comum para uma batalha. Carroceiros assassinos desfilavam em carros pelas ruas ao lado de candidatos. Em Numa e a Ninfa, referindo-se certamente a fato verídico, menciona determinado coronel da Guarda Nacional que incluía entre os preparativos para as eleições a contratação de um médico para atendimento aos possíveis feridos, que seriam, sem dúvida, vítimas de seus próprios capangas. As eleições eram decididas por bandos que anavam em determinados pontos da cidade e alagavam seus serviços aos políticos.

**Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922)**, afrodescendente e de origem pobre, esse escritor carioca produziu uma obra original, que desvela por meio de uma linguagem objetiva e coloquial os preconceitos e os desmandos vigentes no Rio de Janeiro da Primeira República.

**1. A que espaço e tempo o autor do texto se refere?**

**2. Segundo o autor, houve mudanças nas características das eleições com o advento da República?**

**3. A que fenômeno político típico da Primeira República o texto pode ser associado?**

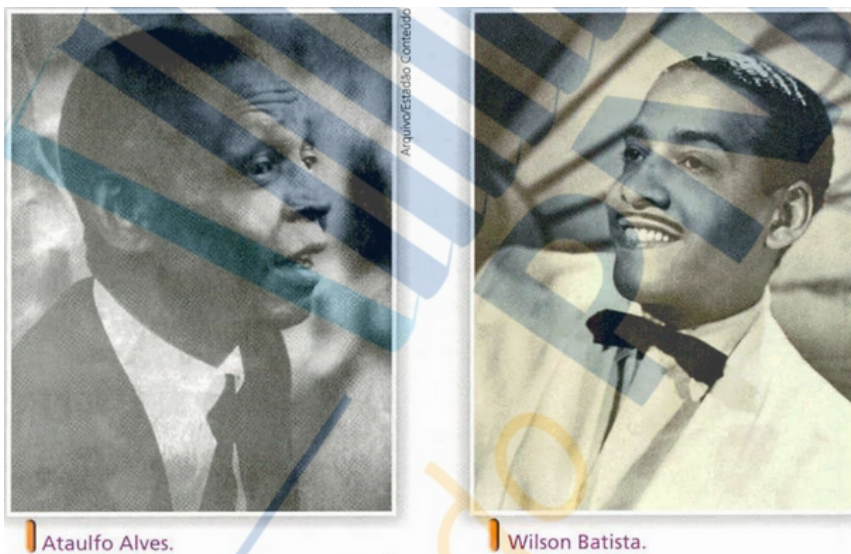
**4. A primeira Constituição republicana (1891) restringiu o direito de voto a uma pequena porcentagem de eleitores; além disso, as eleições da Primeira República eram, como vimos, marcadas pelo uso da violência; reflita e comente oralmente sobre o impacto desses elementos para o exercício da cidadania na época.**

Fonte: Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

Nesta caracterização, Lima Barreto está com roupa formal. Essa representação se afasta dos estereótipos que representam os homens negros. Ele aparece na narrativa como um escritor. A sua fotografia traz um aspecto de imponência e prestígio. Ele parece figurar como uma exceção em relação aos lugares destinados aos negros na narrativa do livro didático. Entretanto, Boulos Júnior não aprofunda sobre alguns dos temas que atravessaram a vida do escritor Lima Barreto. Boulos Júnior não

menciona as exclusões que o escritor sofreu, a difícil situação de sua vida, marcada pela pobreza, problemas com bebida e as diversas internações em hospitais psiquiátricos, assim como não problematiza o preconceito racial que atingiu a sua vida e obra<sup>9</sup>. Vejamos outros casos.

Figuras 7 e 8 – Ataulfo Alves e Wilson Batista.



Fonte: Arquivo Estadão e Arquivo O Cruzeiro/EM/D. A Press.

No capítulo *A Era Vargas*, aparecem os artistas Ataulfo Alves e Wilson Batista, compositores de samba, negros, e que enfrentaram a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão do governo de Getúlio Vargas encarregado de censurar o rádio, o cinema, os jornais, as revistas e as músicas (BOULOS JÚNIOR, 2013, p. 113). Embora apareçam na narrativa principal do livro, não identificamos informações relativas à raça ou à classe dos compositores. Não existem problematizações, não se fala do racismo, não se discute sobre os lugares desses homens negros naquele contexto histórico. A representação de artistas negros bem vestidos e ocupando, aparentemente, um lugar mais digno na escala social, destoa do estereótipo que associa frequentemente pessoas negras à subalternidade. Entretanto, cabe destacar que não se fala das condições de vidas desses artistas, nem da especificidade de ser um homem negro nesse período.

Observemos outra imagem:

<sup>9</sup> Ver as biografias de Lima Barreto: *A vida de Lima Barreto: (1881-1922)* (BARBOSA, 2017) e *Lima Barreto – triste visionário* (SCHWARCZ, 2017).

Figura 9 – Manuel Reis Machado, mestre Bimba (1900-1974) e o presidente Getúlio Vargas.



Fonte: Arquivo Virgílio de Melo Franco. Fundação Getúlio Vargas – CPDOC

A Figura 10 aparece no mesmo capítulo e temos o personagem Manuel Reis Machado, o Mestre Bimba (1900-1974). Sobre ele, é dito na legenda que acompanha a imagem:

Mestre Bimba incorporou à capoeira golpes das lutas marciais e técnicas de defesa pessoal, criando, dessa forma, a Capoeira Regional Baiana. Percebendo a força e a aceitação dessa prática entre as camadas populares, Vargas legalizou, em 1937, a prática da capoeira. Assim, a capoeira emigrou da marginalidade para a legalidade, deixando de ser um símbolo étnico para tornar-se um símbolo nacional (BOULOS JÚNIOR, 2013, p. 124).

Consideramos importante a aparição do Mestre Bimba e a descrição que acompanha a imagem. O autor menciona a “capoeira” e o seu aspecto “marginal”. Mestre Bimba é destacado como uma figura importante. Na imagem, o único negro em um salão repleto de homens brancos. Novamente, não percebemos nenhuma menção à raça ou à etnia de Mestre Bimba. Essa identificação só podemos fazer por meio da fotografia.

O que se percebe em relação a esses homens negros que aparecem no livro é a ausência de discussões mais profundas envolvendo o racismo ou mesmo questões de classe ou gênero. Em alguns dos casos, a cor da pele é mencionada, mas não há um aprofundamento. Além disso, o número desses personagens é muito pequeno,



trata-se de uma representação muito aquém quando comparamos com o número de sujeitos brancos. Estes dominam a narrativa do mesmo modo que dominavam os lugares de poder na primeira metade do século XX. Vale destacar que a associação entre marginalidade e negritude era algo elaborado na época e dizia respeito, sobretudo, aos homens negros, uma forma de conceber o outro extremamente estereotipada e preconceituosa. Trata-se de um aspecto bastante relevante do período, mas a narrativa didática construída por Boulos Júnior passa incólume sobre isso. Às vezes, menciona-se a cor dos personagens, mas sem aprofundamentos sobre as discussões de classe, raça ou, mesmo, gênero. Cabe destacar também a incômoda ausência de qualquer menção às mulheres negras. É como se elas não existissem em nossa história, e sabemos que isso está bem longe de ser verdade. O fato de não se falar sobre elas revela-se como um dado da negação de suas existências.

Acreditamos, como observou Oliveira (2019), que a opção pelo indivíduo não marcado, em oposição aos sujeitos caracterizados por traços de identidade racial, ajuda a reproduzir o efeito de naturalização e universalização daquele indivíduo e a consequente construção de “outros” como desvios ou exceções (OLIVEIRA, 2019, p. 162).

## **Considerações finais**

A primeira incursão pela nossa pesquisa mostrou a raridade ao se falar dos homens negros, que são pouco problematizados, sem que haja uma discussão crítica que conduza os estudantes a questionar temas como o das masculinidades e do racismo, por exemplo. Em que predomina o silêncio nos campos do conhecimento, por vezes, abre-se a possibilidade para a ignorância, o preconceito, a criação e reprodução de estereótipos que violentam populações e grupos que são privados de representatividade, reconhecimento e visibilidade.

É importante destacar um elemento marcante, após a análise do material: a menção à cor da pele dos personagens é mais exceção do que regra. Esse elemento não tem destaque nos capítulos analisados. Algo semelhante ocorre no que se refere ao gênero dos sujeitos, sendo que, em sua maioria, são homens, ao passo que as mulheres são invisibilizadas na narrativa e, quando surgem, é na posição de “esposas” dos homens, sendo privadas de um lugar de autonomia e poder, figurando como “acessórios” das figuras masculinas. Muitas vezes, elas surgem nas imagens, mas sequer são citadas na narrativa escrita.

Segundo Silvio Almeida (2019, p. 41-43), o racismo é atrelado à ideologia e está associado ao inconsciente coletivo da sociedade, como um fenômeno que se respalda em naturalizações que geram estereótipos e representações distorcidas

de pessoas negras. Este processo encontra alicerce em uma educação que reproduz práticas racistas. O autor postula que o “ser branco” e o “ser negro” são construções sociais e que “o negro” é um produto do racismo.

Tal como Almeida (2019), entendemos que a invisibilidade ou a visibilidade estereotipada de homens negros nos livros didáticos de história encontra sustentação em um país cujo racismo estrutural atravessa todas as dimensões das nossas vidas, do Estado à escola. Os livros didáticos emergem em um contexto de disputa de narrativas, em que pode haver a incidência de racismos, homofobias, misoginias e diversas outras expressões de opressão e violência. Apesar dos últimos avanços, ainda há muito a ser feito. Aos poucos, as novas conquistas vão se refletindo nas vindouras confecções de materiais para as escolas.

A análise do livro didático do ensino médio *História, Sociedade e Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior (2013), nos permitiu tecer interpretações semelhantes à de Oliveira (2019) sobre os lugares dos homens negros. Falamos sobre as ausências, os estereótipos, a carência de discussões mais profundas sobre questões de raça, de classe e de gênero. Quando da menção dos personagens negros, não identificamos uma problematização desse lugar de ser-homem. Esse silêncio é conivente com as imagens reificadas da masculinidade hegemônica, além de permitir que continuem a vigorar as deturpações e naturalizações que historicamente foram construídas em relação aos homens negros.

Fábio Henrique Lopes (2011, p. 11) diz que, ao invés de focalizar as normalizações e os assujeitamentos, podemos pensar de outras maneiras as masculinidades: não naturalizadas, mas produtos de múltiplos encontros e relações, sendo, portanto, plurais. Apesar das diversas forças hegemônicas que as fazem parecer inquestionáveis, podemos tomá-las como historicamente construídas. O “masculino”, assim, surge como estando muito além e muito aquém de estereótipos e modelos que o tentam definir e reificar.

Acreditamos que a desconstrução e reinvenção do “ser homem” ou “ser negro” só podem se dar por meio da visibilidade e do debate que geram aprendizado. Os livros didáticos têm um importante papel a cumprir na formação crítica e humana dos estudantes. Deixar de falar sobre determinados temas ou reduzi-los a representações superficiais é mais uma forma de violentar e contribuir com a subalternização de populações historicamente inferiorizadas.

Aspiramos a que mais pesquisas sejam feitas acerca das masculinidades negras enfocando os seus lugares de in(visibilidade) nos livros didáticos, pois é com conhecimento e aprofundamento nas discussões que seremos capazes de combater a

ignorância que faz crescer as expressões mais cruéis de violência. Há muitas perguntas que ainda precisam ser feitas e que carecem de respostas. Em relação à fonte que analisamos, por exemplo, precisamos saber: onde estão as mulheres negras? O que fizeram com as suas histórias e vozes? Onde estão os homens gays? Qual a razão de não serem mencionados em nenhum momento?

## Referências

---

- ACAYABA, Cíntia; ARCOVERDE, Léo. Negros têm mais do que o dobro de chance de serem assassinados no Brasil, diz Atlas; grupo representa 77% das vítimas de homicídio. *G1*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/31/negros-tem-mais-do-que-o-dobro-de-chance-de-serem-assassinados-no-brasil-diz-atlas-grupo-representa-77percent-das-vitimas-de-homicidio.ghtml>. Acesso em: 04 jul. 2022.
- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ARAGÃO, Rafael. O homem é desse mundo: para entender a masculinidade como um processo histórico. In: COLLING, Leandro; THÜRLER, Djalma. (Orgs.). Estudos e política do CUS – Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade. Salvador: Edufba, p. 341-370, 2013.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: (1881-1922)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BENTO, Berenice. *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas*. 2. ed. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Coleção Ciências Sociais, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18985>. Acesso em: 06 maio 2022.
- BITTENCOURT, Circe. Livros e materiais didáticos de História. In: BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, p. 291-321, 2008.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História: sociedade e cidadania (Ensino Médio)*. 1. ed. São Paulo: FTD, 2013.
- BRASIL. *Boletim Epidemiológico*, Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, v. 52, n. 33, set. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/edicoes/2021/boletim\\_epidemiologico\\_svs\\_33\\_final.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf). Acesso em: 06 maio 2022.
- CARTA CAPITAL. Seis estatísticas que mostram o abismo racial no Brasil. *Carta Capital*, 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil/>. Acesso em: 06 set. 2022.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza C. *Português Linguagens: 5º. ano*. 6. ed. reform. São Paulo: Atual, 2017a.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza C. *Português Linguagens: 9º. ano*. 8. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Atual, 2017b.
- FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, p. 811-836, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2012.
- FUNDO BRASIL. Significado da sigla LGBTQIA+. *Fundo Brasil*. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/o-que-significa-a-sigla-lgbtqia/>. Acesso em: 06 jul. 2022.
- GOMES, Irene; MARLI, Mônica. IBGE mostra as cores da desigualdade. *Agência*

- IBGE Notícias, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 06 out. 2022.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. A escravidão no Brasil: do ciclo do café à abolição. *Portal Geledés*, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/escravidao-no-brasil-do-ciclo-do-caffe-abolicao/>. Acesso em: 06 jul. 2022.
- LOPES, Fábio Henrique. Masculinidade(s): reflexões em torno de seus aspectos históricos, sociais e culturais. *Contemporâneos – Revista de Artes e Humanidades*, n. 8, p. 1-13, maio-out 2011. Disponível em: <https://www.revistacontemporaneos.com.br/n8/dossie/masculinidadesreflexoes.pdf>. Acesso em: 06 maio 2022.
- LOURO, Guacira Lopes. Corpos que escapam. *Revista Estudos Feministas*, v. 4, n. 4, 2003.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.
- KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes antropológicos*, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998.
- MENDEZ, Natália Pietra. Gênero e História das Mulheres na escrita da história escolar. In: SOUTO MAIOR, Paulo; LEITE, Juçara (Org.). *Flexões de Gênero: história, sensibilidades e narrativas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017, p. 309-324.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 271-296.
- NOGUEIRA, André. Sangue no Sertão: os horrores do cangaceiro Corisco, o Diabo Louro. *Aventuras na História*, 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/sangue-no-sertao-os-horrores-do-cangaceiro-corisco-o-diabo-louro.phtml>. Acesso em: 06 jul. 2022.
- OLIVEIRA, Fábio Araújo. Masculinidades Negras no Livro Didático de Língua Portuguesa. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 5, n. 2, p. 145-171, 2019.
- PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, p. 11-20, 2011.
- SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. A leitura crítica do documento. In: SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto – triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SILVA, Cristiane Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e as relações de gênero nos livros didáticos de História. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 17, p. 219-246, 2007.